

Rio ainda vê entraves para a emissão de títulos

Cláudia Schüffner

Do Rio

O secretário estadual de Fazenda do Rio, Gustavo Barbosa, disse que ainda não existem garantias de que o Estado vá concluir nova operação de securitização com alienação da receita futura de royalties e participação especial (PE) sobre a produção de petróleo. Ele esclareceu que, por não se tratar de crédito, o Estado do Rio não precisa de anuência do Senado, já que não são necessárias garantias. A operação também não afeta os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) porque o Estado não vai emitir dívida.

Qualquer operação desse tipo dependerá de aprovação do conselho de administração do RioPrevidência, para onde são destinadas as receitas com royalties e a PE, e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O problema atual do Rio é a pouca folga de créditos disponíveis para uma futura alie-

nação de receitas futuras. Isso porque o Estado já destina quase tudo o que recebe para pagamento de operações feitas em 1999, 2013 e 2014.

A expectativa é que em 2016 sobre apenas entre R\$ 30 milhões e R\$ 40 milhões, já que R\$ 1,9 bilhão serão destinados a quitar operações de securitização feitas em 2013 e 2014, e outros R\$ 1,1 bilhão para pagar a dívida lastreada em royalties contraída com o Tesouro Nacional em 1999 e que vence em 2021.

O fluxo melhora gradativamente a partir daquele ano, diz o secretário. Ele também não vê a possibilidade de que estatais como a Cedaes possam emitir títulos que serviriam para capitalizar o RioPrevidência já que o estatuto da empresa permitiria que ela emitisse apenas para aumentar seu caixa.

Com a estimativa de fechar 2016 com um rombo de R\$ 19 bilhões no caixa, o Rio tenta fazer uma nova operação de securitização enquanto pressiona por uma mudança do preço do petróleo considerado pela

Agência Nacional do Petróleo (ANP) para calcular o pagamento dos royalties e da PE. O governo calcula que isso pode injetar R\$ 2 bilhões para o RioPrevidência, mas a projeção do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) é de que o valor adicional seria de R\$ 800 milhões. A bancada fluminense tem tentado convencer o Ministério de Minas e Energia porque apesar de a ANP ser independente, uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) proibiu que o tema seja considerado antes que o preço do petróleo suba para US\$ 50 o barril.

Com todas essas dificuldades o secretário de Fazenda sabe que os investidores veem riscos na operação e disse que ainda não é possível ter uma sinalização de custo, um componente importante. O momento do mercado financeiro internacional também não é dos melhores, diz Barbosa, frisando que, por isso, uma nova operação que traga reforço ao caixa da previdência estadual é uma possibilidade e não uma garantia de

que vá acontecer.

Barbosa explicou que no ano passado o RioPrevidência tentou colocar de pé nova securitização das receitas de petróleo, mas disse que foi preciso recusar porque a taxa de retorno oferecida, de 67% ao ano, não compensava. Agora, diz ele, apesar de não depender da anuência da União, o apoio do ministro da Fazenda Henrique Meirelles é fundamental porque ele está fazendo contato com investidores, uma ajuda relevante para o Estado. “O ‘approach’ dele com investidores é fundamental para que a gente tenha sucesso”.

Na sexta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha disse que o governo estuda usar os R\$ 100 bilhões que serão devolvidos antecipadamente pelo BNDES à União para ajudar os Estados. Mas no mesmo dia, no fim da tarde, o ministro Henrique Meirelles descartou o uso desses recursos. Esta semana, haverá reunião com o presidente Michel Temer para definir medidas de ajuda.